

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DO PRONAF, PAA E PNAE EM TAQUARITINGA E MUNICÍPIOS VIZINHOS.

SILVA, Talita de Souza Martin¹

COIMBRA, Caroline Cleonice²

MUNDO NETO, Martin³

CAVICHOLI, Fábio Alexandre⁴

Eixo Temático: Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial.

RESUMO

Desde os anos de 1990, com a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) os agricultores familiares, gradativamente, passaram a ser entendidos como segmento estratégico para agricultura brasileira, assim como fora nos países centrais, como indicado na literatura sobre desenvolvimento agrícola. Além do Pronaf, outras políticas públicas foram desenhadas no sentido de contribuir para a consolidação deste segmento, a exemplo do o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Neste trabalho, a partir dos dados disponibilizados pela Secretária Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, foi realizada uma análise comparativa do desempenho destas políticas entre o município de Taquaritinga e os municípios vizinhos. Apesar da proximidade geográfica entre os municípios, foi possível identificar diferenças significativas em relação ao acesso às políticas por parte dos agricultores familiares. Um dos principais fatores que explicam o diferente desempenho das políticas nos municípios estaria na existência (ou não) e na extensão da rede de instituições, públicas e privadas, atuando de forma integrada junto aos agricultores familiares, seja provendo informações, mas também contribuindo para que as políticas públicas se operacionalizem no âmbito do município.

Palavras-Chave: desenvolvimento agrícola; políticas agrícolas; desenvolvimento regional; sociologia rural.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, desde os anos de 1990, com a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) os agricultores familiares, gradativamente, passaram a

¹Graduando em Tecnologia em Agronegócio. talitasouza686@gmail.com

²Graduando em Tecnologia em Agronegócio. carolcoimbra@live.com

³FATEC Taquaritinga. Doutor Engenharia de Produção. martin.neto@fatectq.edu.br.

⁴FATEC Taquaritinga. Doutor Agronomia. fabio.cavichioli@fatectq.edu.br

ser entendidos como segmento estratégico para agricultura brasileira. Nos países centrais, a agricultura familiar, entendida como aquela sustentada por relações sociais de produção familiares, foi fundamental para o desenvolvimento tanto da agricultura como do capitalismo (LAMARCHE (1990); ABRAMOVAY (1992)). De acordo com Schneider et. al. (2004) o Pronaf foi uma conquista dos trabalhadores rurais e das organizações de representação de seus interesses junto ao Estado brasileiro. Ainda de acordo com os autores, as diretrizes do programa foram influenciadas pelos estudos financiados pela FAO, em convenio com o INCRA.

Mas, além do acesso ao crédito para viabilizar as atividades produtivas, os agricultores familiares, ainda que de forma modesta, passaram a contar com outras políticas publicas que se tornaram importantes para este segmento, a exemplo da política de pesquisa no âmbito da Embrapa e de instituições congêneres no âmbito dos estados, da reorientação da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Inspirados no trabalho de SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO (2014) que analisou a participação da agricultura familiar nas políticas publicas nos municípios do “cinturão das frutas”, neste trabalho, procuramos indicar a participação da agricultura familiar no PRONAF, PNAE e PAA, nos municípios de Taquaritinga, Itápolis e Jaboticabal. O Objetivo foi analisar como a agricultura familiar destes municípios tem participado dos principais programas de incentivo ao desenvolvimento destes agricultores. Para tanto, em relação ao PRONAF, foram analisados o numero de contratos e o valor médio dos contratos para o período de 1999 a 2015. Em relação ao PNAE foi considerada a participação da agricultura familiar nas aquisições realizadas nos municípios entre os anos de 2011 a 2015. Para o PAA, foi considerada participação da agricultura familiar, apenas no ano de 2015. Os dados foram obtidos junto à Secretária Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

2 DESENVOLVIMENTO

Com o surgimento do PRONAF, um conjunto de estudos sobre a agricultura familiar vem sendo publicado, procurando analisar o desempenho da política nas diferentes regiões do país, os impactos sobre os agricultores. Desde os primeiros estudos sobre o PRONAF (ABRAMOVAY;VEIGA (1999); GUANZIROLI ET AL (2001)) ficou claro a complexidade

que envolve tratar da agricultura familiar como um todo, uma vez que o que a caracteriza é justamente sua diversidade. Assim, estudos de caráter regional ou local passaram a complementar as análises gerais sobre o universo da agricultura familiar.

No Estado de São Paulo, a agricultura é dominada pelos representantes da produção de culturas cujos produtos estão, sobretudo, voltados para exportação, como a cana de açúcar, a laranja e o eucalipto, ofuscando o papel da agricultura familiar. Assim, estudar a participação dos agricultores familiares paulistas nas políticas destinadas ao seu desenvolvimento se tornou cada vez mais relevante para o entendimento da dinâmica da agricultura no Estado.

Neste estudo foi analisada a agricultura familiar dos municípios de Itápolis, Jaboticabal e Taquaritinga, todos da região central do interior do Estado de São Paulo. Além da proximidade, são municípios com vocação agrícola e com porte relativamente similar, conforme indicam os dados na Tabela 1. Mas, o de menor população, Itápolis, possui o maior número de agricultores familiares, conforme os dados do censo agropecuário de 2006. De acordo com a legislação, apenas o agricultor que possui a declaração de aptidão (DAP) emitida pelo órgão de extensão rural, em consonância com o sindicato rural do município, está apto a acessar as políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Assim, conforme indicado na Tabela 1, na média, apenas a metade dos agricultores familiares destes municípios possuem a DAP, revelando que há um número expressivo de agricultores que não acessam as políticas.

TABELA 1 – Dados do PRONAF nos municípios de Itápolis, Jaboticabal e Taquaritinga.

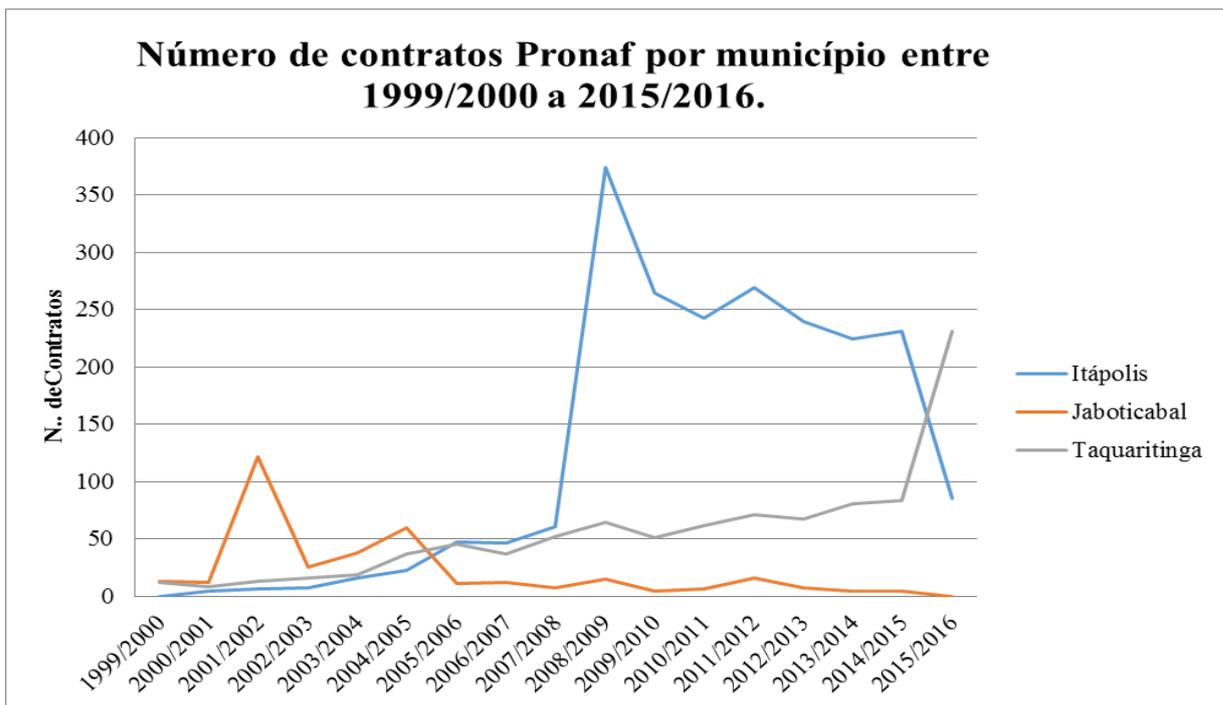
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF									
Municípios	Itápolis			Jaboticabal			Taquaritinga		
População	42.343			75.587			56.578		
Agricultor Familiar	749			173			251		
DAP (P.F)	392			62			127		
Safra	Qnt. de Contratos	Valor (R\$)	Valor Médio dos contratos (R\$)	Qnt. de Contratos	Valor (R\$)	Valor médio dos Contratos (R\$)	Qnt. de Contratos	Valor em (R\$)	Valor médio dos Contratos
1999/2000	-	-		13	54.653	4.204	12	37.161	3.097
2000/2001	5	14.404	2.881	12	49.945	4.162	9	44.060	4.896
2001/2002	7	32.549	4.650	122	1.364.682	11.186	13	39.556	3.043
2002/2003	8	35.774	4.472	26	88.931	3.420	16	67.126	4.195
2003/2004	16	77.237	4.827	38	207.280	5.455	19	118.262	6.224
2004/2005	23	172.770	7.512	60	365.939	6.099	37	346.867	9.375
2005/2006	48	619.601	12.908	11	82.737	7.522	46	416.909	9.063
2006/2007	47	546.512	11.628	12	90.567	7.547	37	353.264	9.548
2007/2008	61	880.084	14.428	8	62.210	7.776	52	665.830	12.804
2008/2009	374	11.712.458	31.317	15	158.736	10.582	65	1.943.378	29.898
2009/2010	265	6.976.467	26.326	5	26.380	5.276	51	863.675	16.935
2010/2011	243	6.977.191	28.713	7	153.980	21.997	62	1.143.510	18.444
2011/2012	269	8.017.672	29.805	16	783.870	48.992	71	1.686.023	23.747
2012/2013	240	7.000.649	29.169	8	111.049	13.881	68	1.391.180	20.459
2013/2014	225	7.000.649	31.114	5	129.164	25.833	81	2.036.870	25.147
2014/2015	231	8.186.896	35.441	5	422.496	84.499	84	2.376.467	28.291
2015/2016	86	4.027.111	46.827	0	-	-	231	818.372	3.543

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir dos dados MDA, 2017

Com o passar dos anos o numero de contratos aumento nos três municípios, sendo que Itápolis e Taquaritinga apresentam um crescimento mais regular. Outro aspecto comum aos municípios analisados é o fato do valor médio dos contratos ter aumentado com o passar dos anos, conforme indicado no Gráfico 2. Nos últimos anos, o município de Jaboticabal além de ter o numero de contratos drasticamente reduzido, apresentou um numero pequeno de contratos, mas com valor médio elevado, indicando que apenas poucos agricultores familiares continuam acessar o crédito rural.

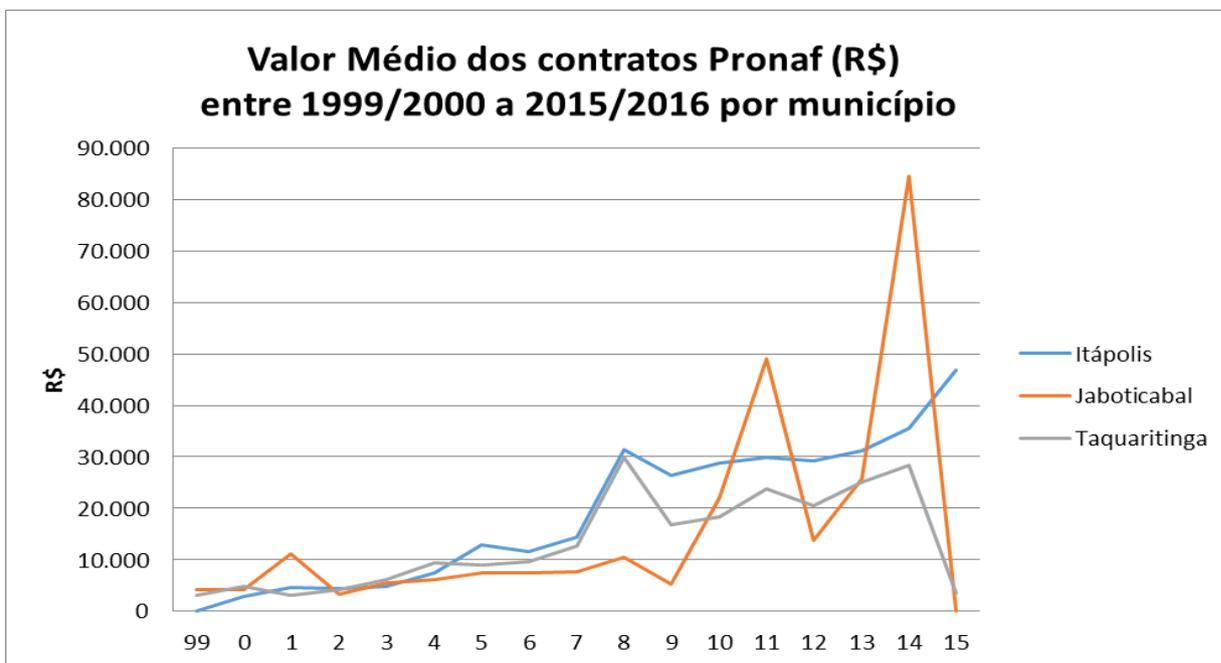
Quando analisamos o desempenho do PNAE, destaca-se a regularidade no município de Jaboticabal. Este fato pode ser, em parte, explicado pela ocorrência de agricultores familiares assentados pela reforma agrária. Assim, este grupo de agricultores passou a contar com a assistência técnica periódica, contribuindo para a organização dos agricultores para participar das aquisições governamentais. Em Taquaritinga, apenas recentemente, após a criação da associação dos agricultores familiares que os agricultores iniciaram as vendas governamentais.

GRÁFICO 1 – Número de contratos PRONAF nos municípios de Itápolis, Jaboticabal e Taquaritinga entre 1999/2000 a 2015/2016.



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2017

GRÁFICO 2 – Valor Médio dos contratos PRONAF nos municípios de Itápolis, Jaboticabal e Taquaritinga, entre as safras de 1999/2000 a 2015/2016.



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2017

TABELA 2 - Participação da Agricultura Familiar no PNAE dos municípios de Itápolis, Jaboticabal e Taquaritinga, entre 2011 a 2015.

PNAE - Participação da Agricultura Familiar			
Municípios	Itápolis	Jaboticabal	Taquaritinga
2011	3%	31%	0%
2012	59%	35%	6%
2013	1%	21%	4%
2014	12%	39%	19%
2015	25%	25%	23%

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir dos dados do MDA, 2017

Em relação ao PAA, para o ano de 2015, nenhum dos municípios apresentou participação no programa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados, a agricultura familiar está presente e participando das principais políticas públicas nos municípios analisados, ainda que com históricos distintos. Destaca-se o município de Itápolis, seja pelo elevado número de agricultores familiares, mas também pela sua capacidade de organização coletiva. Conforme analisado por Abreu et.al.

(2012) os agricultores familiares de Itápolis se destacam na produção orgânica, sobretudo pela participação em organizações coletivas. Da mesma forma é possível explicar o alto número de contratos PRONAF e a regularidade, nos últimos anos. A participação dos agricultores no PNAE tem mostrado grande oscilação, mas enorme potencial, conforme ocorrera em 2012.

No município de Jaboticabal a agricultura familiar se destacou na participação no PNAE, mas apresentou um decréscimo expressivo nas operações do PRONAF. Em Taquaritinga, há regularidade nas operações do PRONAF e um aumento da participação no PNAE, sobretudo pela recente criação da associação dos agricultores familiares.

A oscilação da participação dos agricultores familiares nas diferentes políticas analisadas se apresentou como um tema para pesquisas futuras.

4 REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio; OLLIVIER, Guillaume; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pascal. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012. Editora UFPR.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão** - Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da (1999) — Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) — **IPEA -Texto para discussão nº 641/Convênio FIPE/IPEA 07/97**.

LAMARCHE, Hughes (coord) **Agricultura Familiar: comparação internacional. Vol I. Uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP. 1993, 336p. Trad. Angela M. N. Tijiwa. (Coleção Repertórios).

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Publicado em: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.[mimeo]

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 205-222, 2014. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 abr. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600011>.